



NOTA TÉCNICA CTEEF Nº 03/2020

PROCESSO Nº 0030200001.0018382020-31

REVISÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMPANHIA PERNAMBUCANA DE GÁS – COPERGÁS

Recife, 27 de abril de 2020.

SUMÁRIO

1. OBJETIVO	3
2. SOLICITAÇÃO DA COPERGÁS	3
3. LEGISLAÇÃO BÁSICA E OUTROS DISPOSITIVOS REGULAMENTARES	5
4. COMENTÁRIOS SOBRE A REVISÃO DA MARGEM MÉDIA PLEITEADA PELA COPERGÁS	7
5. CÁLCULO DO IMPACTO MÉDIO DO REPASSE DA REDUÇÃO DO PREÇO DO GÁS NATURAL – MAIO A JULHO DE 2020	10
6. CONCLUSÃO	12
ANEXO A TABELAS TARIFÁRIAS DA COPERGÁS VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2020	13

1. OBJETIVO

Esta Nota Técnica objetiva registrar a análise da solicitação da Companhia Pernambucana de Gás (COPERGÁS), enfocando, em especial, o repasse da **redução no custo do Gás Natural no percentual de [-] 9,46%** a todos os segmentos de clientes conforme informado pela PETROBRAS, com vigência de 1º de maio a 31 de julho de 2020.

2. SOLICITAÇÃO DA COPERGÁS

A COPERGÁS enviou a Carta CT.COPERGÁS/PRE 035/2020, de 15/04/2020, e anexos que originou no SEI o **Processo ARPE nº 0030200001.0018382020-31**, de 20/04/2020, pleiteando à ARPE:

1. Revisão da Margem Bruta de Distribuição para a CONCESSIONÁRIA para o exercício de 2020, inclusive quanto à correta, tempestiva e necessária aplicação a partir de 01 de maio de 2020, conforme pleito de revisão da Margem Bruta de Distribuição protocolado junto a ARPE através da CT. COPERGÁS/PRE 012/2020 em 28 de janeiro de 2020;

2. Homologação para o repasse da variação do custo do gás de R\$ 1,2906 para R\$ 1,1685 a partir de 1º de maio de 2020;

3. Homologação da tabela tarifária da COPERGÁS oferecida ao mercado considerando a Margem Bruta de Distribuição proposta para o exercício de 2020 e o novo custo do gás a vigorar durante o trimestre de mai/2020-jul/2020, conforme tabela anexa. (grifou-se)

Com relação ao citado **Item1**, a COPERGÁS considerou que:

Em 28 de janeiro de 2020 a COPERGÁS a protocolou junto a ARPE o pleito para revisão da Margem Bruta de Distribuição para o exercício de 2020 de R\$ 0,2974/m³, através da CT. COPERGÁS/PRE 012/2020, em respeito e cumprimento ao que determina a Resolução ARPE Nº 108 de 18 de maio de 2016, a qual estabeleceu diretrizes para o processo de Recomposição Tarifária, indicando o dia 1º de maio de cada ano para aplicação da nova margem média regulatória da Companhia; (grifou-se)

Quanto ao **Item 2** a COPERGÁS justificou que:

O custo de aquisição do gás natural passará de R\$ 1,2906 para R\$ 1,1685, cuja variação implicará em uma redução de 9,46% a vigorar durante o trimestre de mai/2020-jul/2020;

A Parcela de Molécula (PM) do Preço do Gás (PG) apresentou uma queda significativa decorrente das variáveis Brent e Dólar (US\$); (grifou-se)

A COPERGÁS registrou no contexto do Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível celebrado com a PETROBRAS, os detalhes do preço do GN a ser aplicado no período de 01/05 a 31/07/2020, conforme transcrito a seguir.

- Parcela de Transporte (PT) = 0,2630/m³
- K = 0,9354
- Parcela da Molécula (PM) = R\$ 0,9055/m³
- Preço do Gás (PG) = R\$ 1,1685/m³
- Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU) = R\$ 1,6213/m³
- Preço do Gás de Ultrapassagem 2 (PGU2) = R\$ 2,0740/m³

Foram informados, por fim, como anexos da carta CT.COPERGÁS/PRE 035/2020, de 15/04/2020, os seguintes documentos:

- I. Comunicado da PETROBRAS referente ao Preço do Gás a ser praticado de maio a julho de 2020 (PRO.DEF.01.11-Item b);
- II. Relatório de Faturamento (Totais Mensais) de fevereiro e março de 2020 (PRO.DEF.01.11-Item d);
- III. Balancetes de janeiro e fevereiro de 2020 (PRO.DEF.01.11-Item e);
- IV. Cópia das cartas CT.COPERGÁS/PRE 012/2020, de 28/01/2020, e CT.COPERGÁS/PRE 020/2020, de 28/02/2020, – Revisão da Margem Bruta de Distribuição para o exercício de 2020;
- V. Tabela Tarifária proposta para vigência a partir de 01/05/2020; e
- VI. Cópia da carta CT. COPERGÁS/PRE 034/2020, de 15/04/2020.

Posteriormente, a Copergás encaminhou a carta **CT.COPERGÁS/PRE 036, de 17/04/2020** que **retirava do texto** da carta CT.COPERGÁS/PRE 035, de 15/04/2020, os aspectos pertinentes à Revisão da Margem Bruta de Distribuição da Concessionária para aplicação a partir de 01/05/2020, sendo também excluídas as referências aos citados Anexos IV e VI.

É importante informar que a carta CT.COPERGÁS/PRE 036, de 17/04/2020, solicitou homologação de uma nova Tabela Tarifária **mantendo inalteradas as margens atualmente aplicadas para compor as tarifas dos segmentos de clientes por faixas de consumo**, nos seguintes termos:

2. Homologação da tabela tarifária da COPERGÁS oferecida ao mercado considerando o novo custo do gás a vigorar durante o trimestre de mai/2020-jul/2020, conforme tabela anexa. (grifou-se)

3. LEGISLAÇÃO BÁSICA E OUTROS DISPOSITIVOS REGULAMENTARES

- **Constituição do Estado de Pernambuco, promulgada em 05 de Outubro de 1989.**

Art. 248 – [...]

Parágrafo Único - Cabe ao Estado explorar diretamente ou mediante concessão à empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços de gás canalizado em todo o seu território, incluindo o fornecimento direto a partir de gasodutos de transporte, de forma que sejam atendidas as necessidades dos setores industrial, domiciliar, comercial, automotivos e outros. (grifou-se)

- **Lei Estadual nº 10.656, de 28 de novembro de 1991**, que instituiu a Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS.
- **Contrato de Concessão, de 05 de novembro de 1992**, firmado entre a COPERGÁS e o Estado de Pernambuco, em especial a Cláusula Décima Quarta e o Anexo I - Metodologia de Cálculo da Tarifa para a Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Pernambuco.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TARIFAS, ENCARGOS, ISENÇÕES, REVISÃO

14.1 – A tarifa será estabelecida de acordo com os critérios definidos no ANEXO I – Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição do Gás Canalizado no Estado de Pernambuco.

[...]

14.4 – A tarifa será revista anualmente, levando-se em

consideração as projeções do volume de gás a serem comercializados e os respectivos investimentos.

4.5 – A tarifa também será revista antes desse prazo, se ocorrerem causas que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, na forma e prazos necessários a evitar prejuízos com a defasagem tarifária.

14.6 - A tarifa também será revista a qualquer tempo, para adequação aos pressupostos e objetivos deste Contrato, sempre que os critérios e/ou parâmetros utilizados para sua fixação, e/ou a sua fórmula, conforme definidos no Anexo I, mostrem-se, quaisquer deles, desfavoráveis à viabilidade econômica dos investimentos e da atividade da CONCESSIONÁRIA, e/ou impróprios para a CONCESSIONÁRIA obter, de forma razoável, a remuneração prevista na Cláusula Sétima deste instrumento. Da mesma forma, os parâmetros e/ou critérios e/ou fórmula, serão igualmente revistos. (grifou-se)

- **Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal.
- **Lei Estadual nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003**, que altera e consolida as disposições da Lei Estadual nº 11.742, de 14 de janeiro de 2000, que criou a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE.

Art. 3º Compete à ARPE a regulação de todos os serviços públicos delegados pelo Estado de Pernambuco [...]

§1º A atividade reguladora da ARPE deverá ser exercida, em especial, nas seguintes áreas:

[...]

VI - distribuição de gás canalizado;

[...]

Art. 4º Compete ainda à ARPE:

I - fixar, reajustar, revisar, homologar ou encaminhar ao ente delegado, tarifas, seus valores e estruturas. (grifou-se)

- **Lei Estadual nº 15.900, de 11 de outubro de 2016**, que estabelece as normas relativas à exploração direta, ou mediante concessão, dos serviços locais de gás canalizado no Estado de Pernambuco.

Art. 2º O Estado de Pernambuco regulará, fiscalizará e supervisionará os serviços locais de gás canalizado, por meio da Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de Pernambuco - ARPE.

[...]

Art. 77. O concessionário submeterá à ARPE a proposta de revisão das tarifas, na periodicidade e nos termos previstos no contrato de concessão, [...] (grifou-se)

- **Contrato de Compra e Venda de Gás Natural na Modalidade Firme Inflexível, de 23 de dezembro de 2019**, celebrado entre a COPERGÁS e a PETROBRAS, com vigência de 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2023.
- **Resolução ARPE nº 156, de 30 de janeiro de 2020**, que estabelece a Recomposição da Tarifa Média Operacional Bruta da Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS, em especial, o art. 2º que homologa, conforme o **Anexo Único**, os valores por segmento de mercado, contidos na **Estrutura Tarifária da COPERGÁS**.

4. COMENTÁRIOS SOBRE A REVISÃO DA MARGEM MÉDIA PLEITEADA PELA COPERGÁS

Registra-se que a Nota Técnica 01/2020 - Cálculo da Margem Bruta de Distribuição, anexada à CT.COPERGÁS/PRE 012/2020, de 28/01/2020, citada na carta CT.COPERGÁS/PRE 035/2020, de 15/04/2020, apresenta o objetivo do pleito da seguinte forma:

Esta Nota Técnica objetiva apresentar a análise realizada pela Companhia Pernambucana de Gás – Copergás para proposição da nova margem bruta de distribuição a ser praticada durante o exercício de anual de 2020, vigorando a partir de 01/05/2020, respeitando e cumprindo o que determina o item 14.1 da Cláusula Décima Quarta, observados os critérios do Anexo I – Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição do Gás Canalizado no Estado de Pernambuco, em especial, o item 6 do referido Anexo I, assim como o item 14.4 da Cláusula Décima Quarta que expressa a necessidade de revisão anual da margem bruta de distribuição considerando as projeções dos volumes do gás natural a serem comercializados, os investimentos e despesas.

Ademais, a ARPE, através da Nota Técnica Nº 07/2016 de 11/11/2016 intitula como data base o dia 1º de maio considerando a última revisão da Margem de Distribuição da Copergás. (grifou-se)

É importante registrar, em primeiro lugar, que o **Contrato de Concessão da COPERGÁS, de 5 de novembro de 1992**, inclusive nos subitens citados da Cláusula Décima Quarta - Tarifas, Encargos, Isenções, Revisão, **não define data-base para os procedimentos tarifários.**

Em complemento, convém observar que a atual **Margem Média Bruta** de Distribuição da COPERGÁS, calculada em Revisão Tarifária Ordinária, teve **vigência a partir de 1º de agosto de 2019**, conforme a Resolução ARPE nº 148/2020, de 31/07/2019¹.

Verifica-se, do texto da Nota Técnica 01/2020 da COPERGÁS que foi indicado o início da vigência da Margem Bruta de Distribuição pleiteada para 1º de maio, com base na Nota Técnica ARPE nº 07/2016, de 11/11/2016, que trata da Tarifa de Uso do Serviço de Distribuição (TUSD) a ser aplicada exclusivamente à Refinaria Abreu e Lima (RNEST).

Assim, a seguir, transcreve-se o subitem 6.2 da Nota Técnica Nº 07/2016, que trata do reajuste da TUSD_{RNEST} em atendimento ao parágrafo único do art. 1º da Resolução ARPE nº 95/2014².

6.2. DO REAJUSTE DA TUSD_{RNEST}

Para o reajuste da TUSD_{RNEST} foram utilizadas as mesmas regras aplicadas às demais tarifas da COPERGÁS:

a) Data base: 1º de maio considerando o último reajuste da sua Margem de Distribuição;

b) Índice de Reajuste: Índice Geral de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas. (grifou-se)

Para ampliar a compreensão do processo, informa-se sobre os procedimentos de reajuste (aplicação do IGP-DI) da Margem Bruta:

- a) de 2011 a 2014 os reajustes da Margem Bruta foram aplicados para vigência a partir de em 1º de fevereiro;
- b) em 2015 não houve reajuste nem revisão da Margem Bruta;
- c) em 2016 a Margem Bruta foi reajustada (e não revisada) com vigência alterada para 1º de maio, daí a necessidade de registro na Nota Técnica ARPE nº 07/2016 da data-base utilizada para o reajuste da TUSD_{RNEST}.

Dando continuidade ao Processo de Revisão Tarifária Anual da COPERGÁS e visando à elaboração de cronograma das respectivas atividades, esta

¹ v. Nota Técnica ARPE/DEF/CTEEF nº 07/2019, de 23/07/2019 que embasou a Audiência Pública ARPE nº 03/2019.

² O parágrafo único do artigo 1º da Resolução ARPE nº 95/2014 dispõe que a tarifa fixada [valor provisório da TUSD] submete-se às regras de reajuste aplicadas às demais tarifas da COPERGÁS.

Coordenadoria de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros encaminhou questionamento à Coordenadoria Jurídica da ARPE que, conforme o Parecer ARPE nº 005/2020 – COJUR³ se posicionou nos seguintes termos:

II.1 Da periodicidade da Revisão Tarifária Ordinária da Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS

[...]

A despeito da cristalina previsão contratual de que a Revisão Tarifária Ordinária observará periodicidade anual (Cláusula Décima Quarta, subcláusula 14.4), busca a Concessionária a aplicação de nova margem bruta de distribuição para o exercício de 2020, a começar a vigorar em 1º de maio de 2020, antes, portanto, de decorrido o lapso temporal de 1 (um) ano da última Revisão Tarifária da Margem Bruta, aprovada por meio da Resolução Arpe nº 148/2019, com início de vigência a partir de 1º de agosto de 2019.

[...]

Considerando que o Contrato de Concessão deixou de explicitar o mês de referência para a incidência da revisão anual, tem-se que decorrido 01 (um) ano da assinatura do contrato, a saber, 05 de novembro de 1992, poderia a Concessionária submeter a proposta de revisão ordinária da tarifa para vigência por um novo período de 1 (um) ano.

Desta feita, respeitada a periodicidade anual, mostra-se irrelevante a ausência de previsão contratual da data-base para incidência da revisão, que, não obstante, servirá como marco temporal (mínimo) para a revisão subsequente.

II.2 Da impropriedade de uso da data-base de maio

Impende, ainda, tecer breves considerações acerca da impropriedade da pretensão da Copergás, de deduzir o pleito de revisão com referência na data-base considerada no subitem 6.2 da Nota Técnica nº 07/2016.

Isto porque, conforme consignado pela Coordenadoria de Tarifas e Estudos Econômicos e Financeiros, a referida Nota Técnica tratou do cálculo da TUSD a ser aplicada à Refinaria Abreu e Lima, não guardando pertinência temática com a hipótese ora analisada, restando afastada a necessidade de maiores dilações.

Ademais porque, a revisão tarifária aprovada por meio da Resolução Arpe nº 148/2019, passou a vigorar a partir de 1º de agosto de 2019, de modo que a pretensão de nova revisão só se mostra legítima caso tenha vigência a partir de agosto de 2020. (grifou-se)

³ Cópias do Parecer ARPE nº 005/2020 - COJUR, datado de 12/02/2020, bem como da Comunicação Interna CTEEF nº 06/2020, de 03/02/2020, foram anexadas ao Processo.

Verifica-se, assim, que a vigência de uma nova Margem Média Bruta de Distribuição da COPERGÁS, calculada com base no Contrato de Concessão no contexto de uma Revisão Tarifária Ordinária, seria legítima somente a partir de 1º de agosto de 2020.

Dessa forma, registra-se que a Margem Média Bruta vigente desde 1º de agosto de 2019 será utilizada como referência neste procedimento tarifário, em especial, na composição das tabelas tarifárias.

5. CÁLCULO DO IMPACTO MÉDIO DO REPASSE DA REDUÇÃO DO PREÇO DO GÁS NATURAL – MAIO A JULHO 2020

O Anexo I do Contrato de Concessão – Metodologia de Cálculo da Tarifa de Distribuição do Gás Canalizado no Estado de Pernambuco determina o cálculo da Tarifa Média pela seguinte fórmula:

$$TM = PV + MB$$

Onde:

TM - Tarifa Média a ser cobrada pela Concessionária em R\$/m³;

PV - Preço de Venda pela Petrobras em R\$/m³;

MB - Margem Média Bruta de distribuição da Concessionária em R\$/m³.

Registra-se que a Margem Média Realizada em março/2020 foi utilizada como referência para o cálculo do impacto na Tarifa Média decorrente do repasse do novo preço do Gás Natural determinado pela PETROBRAS.

Verificou-se que a Margem Média Bruta de Distribuição realizada pela COPERGÁS em março/2020, ponderada pelos respectivos volumes de vendas de cada segmento, resultou em **R\$ 0,2045/m³**, conforme o Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Margem Média Realizada pela COPERGÁS – Março/2020

Descrição	Valor (Mar/2020)
Receita de Vendas (R\$)	86.526.060,51

Descrição	Valor (Mar/2020)
Volume de Vendas (m³)	43.348.268
Tarifa Média Realizada Com Tributos (R\$/m³)	1,9961
Tarifa Média Realizada Sem Tributos (R\$/m³)	1,4951
Custo do GN Sem Tributos (R\$/m³)	1,2906
Margem Média Realizada Sem Tributos (R\$/m³)	0,2045

A Tarifa Média de Referência, sem tributos, no valor de **R\$ 1,4951/m³** corresponde à aplicação da fórmula de cálculo indicada no Anexo I do Contrato, ou seja, ao Preço de Venda do GN aplicado pela PETROBRAS até 30/04/2020 somado com a Margem Média Bruta Realizada (março/2020), conforme a seguir.

$$TM = PV + MB$$

$$R\$ 1,4951/m^3 = R\$ 1,2906/m^3 + R\$ 0,2045/m^3 \text{ (mar/2020)}$$

Aplicando-se, para efeito de comparação, a citada fórmula de cálculo da Tarifa Média utilizando o novo preço do GN, a partir de 01/05/2020 e mantendo a mesma Margem Média Bruta Realizada em março/2020, obtém-se uma Tarifa Média Projetada de **R\$ 1,3730/m³**.

$$TM = PV + MB$$

$$R\$ 1,3730/m^3 = R\$ 1,1685/m^3 + R\$ 0,2045/m^3$$

Dessa forma, verificou-se um **impacto médio equivalente a [-] 8,17% (oito inteiros e dezessete centésimos por cento)** comparando a Tarifa Média Projetada (R\$ 1,3730/m³) com a Tarifa Média de Referência (R\$ 1,4951/m³).

É importante registrar que as Tabelas Tarifárias por Segmento e Faixa de Consumo (Anexo A) apresentam as tarifas a serem aplicadas a partir de 1º de maio de 2020, bem como os valores vigentes até 30 de abril de 2020 e respectivas variações.

6. CONCLUSÃO

Pelo exposto, verificou-se a possibilidade de atendimento ao pleito da COPERGÁS no sentido de autorizar o repasse da redução do custo de aquisição do Gás Natural determinado pela PETROBRAS, que passou **de R\$ 1,2906/m³ para R\$ 1,1685/m³**, mantendo-se inalteradas as margens componentes das atuais tabelas tarifárias.

Registra-se que o impacto tarifário dessa autorização resulta numa **variação média equivalente a [-] 8,17% (oito inteiros e dezessete centésimos por cento)** quando se compara a Tarifa Média de Referência (utilizando o custo do GN vigente até 30/04/2020) com a Tarifa Média Projetada considerando o novo preço do GN a ser praticado a partir de 1º de maio de 2020.

Recife, 27 de abril de 2020.

Maria Ângela Albuquerque de Freitas

Coordenadora de Tarifas e Estudos Econômicos Financeiros

Danilo Rodrigues

Analista de Regulação, matrícula 336-0

Fabiana Souza da Fonte Alexandria

Analista de Regulação, matrícula 347-6

Tatiana Toraci Gois

Analista de Regulação, matrícula 294-1

Ciente e de acordo.

Frederico Arthur Maranhão Tavares de Lima

Diretor de Regulação Econômico-Financeira

ANEXO A

**TABELAS TARIFÁRIAS DA COPERGÁS
VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2020**

INDUSTRIAL E COMERCIAL – GRANDE USUÁRIO (acima de 500 m³/dia)			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
0 a 1.000	1,5428	1,4207	-7,91
1.001 a 5.000	1,5360	1,4139	-7,95
5.001 a 10.000	1,5230	1,4009	-8,02
10.001 a 25.000	1,5167	1,3946	-8,05
25.001 a 50.000	1,5046	1,3825	-8,12
50.001 a 100.000	1,4756	1,3535	-8,27
100.001 a 125.000	1,4506	1,3285	-8,42
125.001 a 150.000	1,4001	1,2780	-8,72
150.001 a 175.000	1,3375	1,2154	-9,13
175.001 a 200.000	1,3339	1,2118	-9,15
200.001 a 225.000	1,3326	1,2105	-9,16
acima de 225.000	1,3315	1,2094	-9,17

INDUSTRIAL – PGN NORTE			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
0 a 1.000	1,4167	1,2946	-8,62
1.001 a 5.000	1,4133	1,2912	-8,64
5.001 a 10.000	1,4068	1,2847	-8,68
10.001 a 25.000	1,4037	1,2816	-8,70
25.001 a 50.000	1,3976	1,2755	-8,74
50.001 a 100.000	1,3631	1,2410	-8,96
100.001 a 125.000	1,3506	1,2285	-9,04
125.001 a 150.000	1,3454	1,2233	-9,08
150.001 a 175.000	1,3141	1,1920	-9,29
175.001 a 200.000	1,3123	1,1902	-9,30
200.001 a 225.000	1,3116	1,1895	-9,31
acima de 225.000	1,3111	1,1890	-9,31

INDUSTRIAL E COMERCIAL – CONSUMO CONVENCIONAL (abaixo de 500 m³/dia)			
Faixa de Consumo (m³/mês)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
0 a 30	4,4048	4,2827	-2,77
31 a 150	2,8716	2,7495	-4,25
151 a 3.000	2,0608	1,9387	-5,92
3.001 a 9.000	2,0555	1,9334	-5,94
acima de 9.000	1,9585	1,8364	-6,23

INDUSTRIAL - PARA FINS DE COMPRESSÃO			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
Única	1,3176	1,1955	-9,27

INDUSTRIAL (POLO GESSEIRO DO ARARIPE) - PARA FINS DE COMPRESSÃO			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
Única	1,2906	1,1685	-9,46

VEICULAR			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
Única	1,4301	1,3080	-8,54

VEICULAR – PARA FINS DE COMPRESSÃO			
Faixa de Consumo (m³/dia)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
Única	1,3203	1,1982	-9,25

RESIDENCIAL			
Faixa de Consumo (m³/mês)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
0 a 30	3,6949	3,5728	-3,30
31 a 150	2,7173	2,5952	-4,49
151 a 750	2,4237	2,3016	-5,04
751 a 3.000	2,3258	2,2037	-5,25
acima de 3.000	2,2281	2,1060	-5,48

CLIMATIZAÇÃO, COGERAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Faixa de Consumo (m³/mês)	Tarifa sem Tributos Até de 30/04/2020 (R\$/m³)	Tarifa sem Tributos A partir de 01/05/2020 (R\$/m³)	Variação (%)
0 a 1.000	1,3681	1,2460	-8,92
1.001 a 5.000	1,3424	1,2203	-9,10
5.001 a 10.000	1,3297	1,2076	-9,18
10.001 a 25.000	1,3287	1,2066	-9,19
25.001 a 50.000	1,3277	1,2056	-9,20
acima de 50.000	1,3267	1,2046	-9,20